

FW15 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 44.528.771/0001-21 - NIRE 35.238.262.170

Extrato da Alteração de Contrato Social para Transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações

Pelo presente instrumentos e na melhor forma de direito, as partes a seguir qualificadas: **FULWOOD S/A**, CNPJ 17.943.792/0001-30, NIRE 35.300.574.036, representada por seus Diretores **Gilson Schillis**, RG 10.991.758 SSP/SP, CPF 032.761.998-82 e **Fernando Pasmanik Schillis**, RG 34.211.211-9 SSP/SP, CPF 353.787.488-01. Na qualidade de sócia representando a totalidade do capital social da sociedade empresária limitada denominada **FW15 Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, CNPJ 44.528.771/0001-21, NIRE 35.238.262.170 ("Sociedade"), Comparecendo ainda, **Gilson Schillis**, RG 10.991.758 SSP/SP, CPF 032.761.998-82. Resolvem de comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade, de acordo com as deliberações a seguir transcritas: **1. Cessão de Quotas:** 1.1. Neste ato, a sócia **Fulwood S/A**, titular de 1.000 quotas com valor de R\$ 1,00, cede e transfere, por compra e venda, 01 quota de sua titularidade, no valor de R\$ 1,00 para **Gilson Schillis**, acima qualificado, que ora ingressa no quadro societário da Sociedade. Para tanto, o novo sócio **Gilson Schillis** procede ao pagamento da quantia acima. **1.2.** A transferência de quota descrita no item 1.1, acima, é celebrada em caráter irrevogável e irratificável, não admitindo arrependimento. **1.3.** A cedente, o cessionário e a Sociedade concordam, mutuamente, a mais ampla, geral, irrevogável e irratificável quitação para nada mais reclamarem entre si, a qualquer tempo e título, quanto às transferências das quotas ora noticiadas. **1.4.** Dessa forma, o capital da Sociedade, no valor de R\$ 1.000,00, dividido 1.000 quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, passa a ser detido da seguinte forma: **Sócios: Fulwood S/A, Quotas: 999, Valor: R\$ 999,00; Sócios: Gilson Schillis, Quotas: 01, Valor: R\$ 1,00; Total Quotas: 1.000, Total do Valor: R\$ 1.000,00. 2. transformação da sociedade:** 2.1. Os sócios aprovam a transformação do tipo jurídico da Sociedade, a qual passa de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, regida pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada, com a consequente transformação de seu Contrato Social em Estatuto Social, de forma a cumprir as exigências legais pertinentes ao novo tipo societário, entre elas a alteração da denominação social da sociedade, que passará a ser **"FW15 Empreendimentos Imobiliários S.A."**, doravante denominada Companhia. **2.2.** Em decorrência da transformação da Companhia, o capital social, de R\$ 1.000,00 dividido em 1.000 quotas, permanece inalterado, com a conversão de referidas quotas em 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, todas de titularidade dos sócios, sendo mantida a mesma proporcionalidade existente, nos termos dos Boletins de Subscrição A e B que integram o presente instrumento na forma do Anexo I. **2.3.** Inexistindo quaisquer impedimentos legais e satisfeitos todos os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia manterá a mesma estrutura e integridade, operando com os mesmos ativos e passivos, mantendo a mesma escrituração, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, não sofrendo qualquer alteração de continuidade em seus negócios, sendo os direitos dos credores, situação das condições prévias de reciprocidade e aprovam, sem quaisquer restrições. **2.4.** Neste mesmo ato, a acionista procede, já em conformidade com as normas estatutárias, à eleição dos membros da Diretoria da Companhia, elegendo o Sr. **Gilson Schillis**, RG 10.991.758 SSP/SP, CPF 032.761.998-82, para o cargo de Diretor Presidente e os Srs. **Fernando Pasmanik Schillis**, RG 34.211.211-9 SSP/SP, CPF 353.787.488-01 e **Mariana Schillis Viotti**, RG 34.210.210-2, CPF 352.919.328-30, para os cargos de Diretores Sem Designação Específica, todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal, 375, conjunto 41, Vila Olímpia, CEP 04551-060, para um mandato unificado de 3 anos, até que venham a tomar posse os diretores eleitos em Assembleia Geral Ordinária que será realizada no ano de 2027. Os Diretores, para eleição, aceitam as respectivas nomeações e comprometeram o preenchimento das condições prévias de reciprocidade previstas na Lei 6.404/76, e declararam que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia, na forma do art. 147 da Lei nº 6.404/76, não estão incurso em qualquer restrição legal, inclusive criminal, que os impeça de exercer atividades mercantis, e ato contínuo tomam posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. **3. Consolidação:** 3.1. Tendo em vista todas as deliberações acima expostas, decidi pela alteração do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, a partir desta data, com a seguinte redação consolidada, já efetuadas todas as alterações acima mencionadas: **"Estatuto Social - FW15 Empreendimentos Imobiliários S.A. Capítulo I - Denominação, Duração, Objeto e Sede:** Art. 1º: A Companhia tem a denominação de **FW15 Empreendimentos Imobiliários S.A.**, sendo uma sociedade anônima de capital fechado, e se regerá por este estatuto e leis aplicáveis a sua espécie. **Art. 2º:** A Companhia tem sede e foro na Rua Funchal, nº 375 - 4º andar, conjunto 41, sala 15, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-060, CNPJ/ME nº 44.528.771/0001-21, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, através de deliberação da Diretoria. **Art. 3º:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, desenvolvimento de negócios, administração, locação, venda e gestão de imóvel próprio, sobre o qual serão erigidas edificações compostas de centro logístico e industrial, localizado na Avenida Abrahan Lincoln, no município de Guarulhos, estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 141.374 do 1º Oficial do Registro de Imóveis de Guarulhos-SP, com área total de terreno de 93.702,864m² e área construída de, aproximadamente, 53.321,34m². **Art. 4º:** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Capital e Ações:** Art. 5º: O capital social é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e com direito a voto. § 1º: Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. § 2º: O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. § 3º: Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias. Parágrafo Quarto - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Capítulo III - Administração:** Art. 6º: A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta por 3 membros, sendo 1 Diretor Presidente e 2 Diretores sem Designação Específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição. § 1º: A Diretoria será investida em suas funções mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria. § 2º: Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse da nova Diretoria, eleita pela Assembleia Geral. § 3º: Os diretores ficam dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Art. 7º:** A Diretoria não é um órgão colegiado e tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, ressalvadas as matérias cuja aprovação seja atribuída à Assembleia Geral. **Art. 8º:** A Companhia será representada ativa e passivamente, e se vinculará ou se obrigará mediante ato ou assinatura: (i) individual do Diretor Presidente; (ii) de quaisquer 2 Diretores agindo conjuntamente; (iii) por qualquer 1 Diretor com 1 procurador, devidamente constituído conforme o § 1º abaixo; ou (iv) por procurador, devidamente constituído conforme o § 1º abaixo. § 1º: As procurações outorgadas pela Companhia serão subscritas pelo Diretor Presidente, de forma isolada, ou por quaisquer 2 diretores, devendo especificar expressamente os poderes conferidos e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 2 anos, vedado o substa-belecimento, com exceção das procurações ad judicia, que terão prazo indeterminado e poderão admitir o substa-belecimento. § 2º: Não obstante o disposto no caput deste Artigo, a representação da Companhia em juízo poderá ser feita por qualquer Diretor da Companhia ou procurador da Companhia, agindo isoladamente. **Capítulo IV - Assembleia Geral:** Art. 9º: A Assembleia

O verdadeiro debate sobre a IA: supervisão humana é indispensável

O debate público sobre inteligência artificial (IA) muitas vezes se perde em extremos: a euforia com a automação total ou o medo da substituição de profissionais

Marcelo Marchi (*)

A verdadeira urgência, porém, está na supervisão humana. Modelos de IA, baseados em probabilidades, têm margens de erro inerentes, mas são cada vez mais usados em contextos críticos, de finanças a saúde, sem a devida curadoria. Essa prática não é apenas arriscada, é tecnicamente equivocada. Sem validação rigorosa, a confiança cega na IA pode levar a falhas graves, com impactos éticos, legais e operacionais. A supervisão humana não é um acessório: é a base para um uso responsável e sustentável da tecnologia.

Os limites da IA são evidentes em aplicações práticas. Um estudo da Stanford University e GitHub Copilot (2023) revelou que 45% dos códigos gerados por IA apresentam vulnerabilidades ou violam boas práticas de desenvolvimento. Mesmo quando a IA parece funcionar, questões persistem: a solução pode não ser segura, pode não cumprir normas regulatórias e pode não se alinhar aos objetivos do negócio. Sem testes rigorosos e validações contínuas, qualquer resposta será mera suposição.

A crença na infalibilidade da IA é alimentada por discursos comerciais e expectativas irreais, mas ignora uma verdade fundamental: a tecnologia depende de humanos para interpretar, ajustar e corrigir suas saídas. Em setores regulados, como o jurídico, a ausência de supervisão pode violar leis como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que exige transparência em decisões automatizadas. Segundo relatório da



Jirsak CANVA

McKinsey (2023), poucas empresas parecem estar totalmente preparadas para o uso generalizado da GenAI, ou, mais precisamente, para os riscos que essas ferramentas podem trazer aos negócios. Apenas 21% dos entrevistados que relataram a adoção de inteligência artificial afirmam que suas organizações têm diretrizes que guiam o uso para essas ferramentas pelas equipes. Na saúde, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) alerta que sistemas de IA sem supervisão humana pode gerar orientações incorretas, violação de dados pessoais e disseminar desinformação.

A supervisão, porém, enfrenta desafios significativos. A crença de que a inteligência artificial é infalível reflete uma distorção alimentada tanto por discursos comerciais quanto por expectativas irreais e a escassez de profissionais também é crítica, em pesquisa recente da consultoria Bain & Company no Brasil, 39% dos executivos citaram a ausência de expertise interna como a principal barreira para acelerar a implementação da IA generativa, superando até mesmo preocupações com segurança de dados.

Não se trata de negar os avanços da tecnologia, que são substanciais, mas de reconhecer que ela ainda depende, e continuará dependendo, de profissionais capazes de interpretar, ajustar e, quando necessário, corrigir suas saídas. Especialmente em setores regulados ou de alto impacto, como o financeiro, o jurídico ou o de saúde, a ausência de supervisão técnica e ética pode gerar consequências graves, legais e operacionais. O estudo da Brasscom evidência essa escassez, o Brasil forma apenas 53 mil profissionais de TI por ano, enquanto a demanda entre 2021 e 2025, precisará de um total de 797 mil talentos.

Iniciativas globais apontam caminhos para as melhoras A metodologia da ONU para uso ético da IA recomenda a supervisão humana em todo o ciclo de vida dos sistemas, desde o design até a operação. Empresas como a Salesforce ilustram isso na prática: sua plataforma Einstein usa comitês de ética para auditar algoritmos. Essa abordagem mostra que a supervisão não é apenas técnica, mas também estratégica, exigindo transparência, responsabilidade e investimento em capacitação.

A IA tem o poder de transformar indústrias, mas sem supervisão humana, seu potencial é ofuscado por riscos éticos, legais e operacionais. Casos como fraudes financeiras e possíveis erros médicos mostram que a confiança cega na tecnologia é insustentável, enquanto exemplo como a Salesforce prova que a governança robusta pode maximizar benefícios e minimizar falhas. Em 2025, o debate sobre IA deve priorizar a supervisão como pilar de inovação responsável, enfrentando desafios como custos, escassez de talentos e resistência cultural. Líderes, empresas e reguladores têm a responsabilidade de construir sistemas que combinem o poder da IA com a sensibilidade humana, garantindo que a tecnologia amplifique o progresso, não os problemas. O futuro da IA não está na automação cega, mas na colaboração inteligente e cabe a nós moldá-lo com clareza, ética e compromisso.

(*) CEO da Vericode.

NEC LATIN AMERICA S.A.
CNPJ nº 49.074.412/0001-65 - NIRE: 35300091604
Ata da Reunião do Conselho de Administração de 30/04/2025
Em 30/04/2025 os Conselheiros de Administração da **NEC LATIN AMERICA S.A.**, com sede em São Paulo/SP, na Av. Francisco Matarazzo, 1.350, Torre I, 15º andar, Água Branca, CEP 05001-100, que assinam esta Ata, tomaram ciência da renúncia do Yasushi Tanabe de sua posição de Presidente e na forma prevista no Artigo 15, § 1º do Estatuto Social elegeram a Diretoria para 1º mandato com validade até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no 1º quadrimestre de 2026 ou até a eleição de novos Diretores a saber: **(a) Presidente: Kenjiro Maetani**, CPF/MF 233.619.048-62, CGPJ/DIREX/DPF sob o nº F035249L, **(b) Vice-Presidente Econômico e Financeiro: Braian Ezequiel Barm**, RNE G286392X, CPF/MF 238.932.048-14, **(c) Vice-Presidente Executivo: Ana Maria Ferraz do Amaral Ravaglia Duarte**, RG 6.801.473-9, CPF/MF 046.785.098-44, **(d) Diretor Geral das Operações Brasil: José Renato de Mello Gonçalves**, RG 25.693.875-1, CPF/MF 270.329.528-60. Permanecerão vagos os cargos de Diretor Geral Adjunto das Operações Brasil e de Diretor de Controle e Finanças. Permanecerão vagos os cargos de Diretor Geral Adjunto das Operações Brasil, de Diretor de Controle e Finanças e de Vice-Presidente Econômico e Financeiro. Os Diretores eleitos declararam não estarem incluídos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade comercial. Os termos desta ata foram aprovados pelos conselheiros que a subscrevem. **Ancoramento:** Nada mais. A Ata foi lida e achada conforme, foi assinada por todos os conselheiros presentes e pelos membros da Mesa Diretora. (a.a.) Yasushi Tanabe - Presidente, Roberto Felipe Kios - Secretário, **Conselheiros:** Yasushi Tanabe, Naoto Hotta, Mitsuhiro Murooka, Akihiko Yamazaki e Masayuki Kayahara. SP, 30/04/2025. Roberto Felipe Kios - Secretário. **JUCESP** nº 179.329/25-0 em 06/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

CAP TC TORRES E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 34.878.487/0001-21 - NIRE 35.300.547.570
Ata Lavrada da Reunião do Conselho de Administração Realizada aos 29 de maio de 2025
1. Data, Hora e Local: 29/05/2025, às 10:00, na sede social da CAP TC Torres e Participações S.A. ("Companhia"), na Rua Joaquina Floriano, nº 294, 3º e 4º andares, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo/SP, CEP: 04.534-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em face da presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com as regras estabelecidas pelo Art. 13, § 1º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidência pelo Sr. **Daniel Lafer Matandos** e secretariada pela Sra. **Carolina de Farias Vilela**. **4. Ordem do Dia:** (i) deliberar a respeito da convalidação de todos os atos realizados pela Diretoria Executiva Estatutária da Companhia desde a data de 19/05/2023; e (ii) deliberar sobre a reeleição dos membros do quadro da Diretoria Executiva Estatutária da Companhia. **5. Deliberações aprovadas por unanimidade:** (i) Reeleger os atuais diretores executivos da Companhia, cujas qualificações e cargos dentro da diretoria são descritos a seguir, para um novo mandato de 2 anos contados a partir da data realização da presente Reunião do Conselho de Administração da Companhia: **(i) Fernando Diez Viotti**, brasileiro, casado sob regime de separação de bens, engenheiro, RG nº 30.160.904-4 SSP/SP, CPF nº 294.037.688-35, residente em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, nº 294, 3º e 4º andares, bairro do Itaim Bibi, CEP: 04.534-001, que ocupa o cargo de **Diretor Presidente;** **(ii) Daniel Lafer Matandos**, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG nº 38.353.134-2 SSP/SP, CPF/MF nº. 396.627.078-16, residente em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, nº 294, 3º e 4º andares, bairro do Itaim Bibi, CEP: 04.534-001, que ocupa o cargo de **Diretor Financeiro;** e **(iii) Carolina de Farias Vilela**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, RG nº 34.424.964-5 SSP/SP, CPF/MF nº. 050.604.854-39, residente em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, nº 294, 3º e 4º andares, bairro do Itaim Bibi, CEP: 04.534-001, que ocupa o cargo de **Diretora Comercial**. **5.1.1.** Cada um dos Diretores acima qualificados, toma posse neste ato e declara, por meio dos Termos de Posse assinados e arquivados na sede da Companhia no respectivo livro de reuniões da diretoria, cujas cópias seguem anexas a esta ata na forma de seu **Anexo I**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dele, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **5.2.3.** Por fim, os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia solicitaram fosse acionada a Diretoria da Companhia para que, investida dos necessários poderes em conformidade com a reeleição ora aprovada, tomasse as medidas necessárias para ver registrada e publicada a presente ata ora lavrada, a fim de que as decisões aqui tomadas passem a ter seus efeitos oponíveis perante terceiros, assim como para que se revista de todas as formalidades legais exigidas pela Lei das S.A. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos aprovada pelos presentes. **Mesa:** Daniel Lafer Matandos - Presidente - e Carolina de Farias Vilela - Secretária. **Conselheiros Presentes:** Sr. Christopher Wayne Jonathan Prowell; Sr. Eduardo Ricotta Torres Costa; Sr. Steven Mark Sonnenstein; Sra. Genevieve Maltais-Boisvert; Sr. Fernando Diez Viotti; Sr. Alexander Lasser Kelman e Sr. Brian Craig Giangiantina. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, arquivado na Sede da Companhia.** São Paulo/SP, 29/05/2025. **Mesa:** Daniel Lafer Matandos - Presidente e Carolina de Farias Vilela - Secretária. **JUCESP** nº 230.148/25- 6 em 13/06/2025, Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.



O JORNAL CERTIFICA
AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PONTUALIDADE E
TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO
AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/4974-D266-C82F-053A> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4974-D266-C82F-053A



Hash do Documento

37225E5E25349CEE408B80772B8E4D6B741F555D1517BFC2E99B3FB00E6ED064

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/06/2025 é(são) :

- ☒ Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 16/06/2025 19:42 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

